

INSTITUTO  
SEGURANÇA  
SOCIAL  
PORTO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DAS  
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE  
SOLIDARIEDADE SOCIAL

ANO DE  
2021

DENOMINAÇÃO SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AZURARA

MORADA Rua Dr. Américo Silva – Apartado 191

N. ANDAR LOCALIDADE Azurara

FREGUESIA Azurara

CONCELHO Vila do Conde

COD. POSTAL 4481-911

EM \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

(Assinatura do Contabilista Certificado)

A DIREÇÃO

APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL

DATA: Azurara

03/03/2022

Azurara

22/03/2022

ASSINATURAS

ASSINATURA DO PRESIDENTE

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE AZURARA  
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Contribuinte : 501538810  
Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-dez-2021	31-dez-2020
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	4	1 210 042,05	1 241 822,54
Ativos intangíveis	5	1 428,82	2 331,23
Investimentos financeiros	11.1	4 288,97	4 121,67
		1 222 489,84	1 248 275,44
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	6	741,00	481,95
Créditos a receber	11.2	440,76	5 210,44
Estado e outros entes públicos	11.9	930,23	2 575,89
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	11.2	310,00	320,00
Diferimentos	11.3	1 891,84	1 896,07
Outros ativos correntes	11.4	0,00	4 910,99
Caixa e depósitos bancários	11.6	1 278 501,39	1 174 233,53
		1 280 531,18	1 189 879,87
<b>Total do ativo</b>		<b>2 503 001,02</b>	<b>2 437 955,11</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos	11.7	122 843,61	122 843,61
Resultados transitados	11.7	1 735 672,99	1 643 348,78
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	8/11.7	472 861,52	484 986,17
		2 331 377,12	2 251 078,56
Resultado líquido do período		88 708,91	82 425,63
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		<b>2 420 086,03</b>	<b>2 333 504,19</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	11.8	1 760,84	2 210,73
Estado e outros entes públicos	11.9	9 830,62	10 440,24
Diferimentos	11.3	1 000,00	790,00
Outros passivos correntes	11.10	68 303,13	61 051,87
		81 894,59	84 492,84
<b>Total do passivo</b>		<b>81 894,59</b>	<b>84 492,84</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>2 503 001,02</b>	<b>2 437 955,11</b>

A Direção

Contabilista Certificado

*António João Antunes*  
*António Antunes*  
*António Antunes*  
*Justino Pereira*  
*Alberto da Silva*  
*Carla*  
*Hélia Silva*

*António Antunes*

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE AZURARA  
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS  
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Contribuinte : 501538810

Moeda : EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 021	2 020
Vendas e serviços prestados	7	185 055,12	197 100,89
Subsídios, doações e legados à exploração	8/11.11	417 202,34	410 710,70
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-17 867,73	-17 724,55
Fornecimentos e serviços externos	11.12	-64 800,69	-79 261,82
Gastos com o pessoal	9	-424 300,89	-407 240,72
Outros rendimentos	11.13/15	31 672,03	29 905,96
Outros gastos	11.14	-6 209,16	-8 689,85
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e</b>		<b>120 751,02</b>	<b>124 800,61</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4/5	-31 039,65	-32 228,88
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e</b>		<b>89 711,37</b>	<b>92 571,73</b>
Juros e gastos similares suportados	11.15	-2,46	-146,10
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>89 708,91</b>	<b>92 425,63</b>
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>89 708,91</b>	<b>92 425,63</b>

A Direção

Contabilista Certificado

Alfredo de Oliveira Aguiar  
Presidente do Conselho de Administração  
Teresa Isabel  
José António P. MACIADO  
Alberto da Silva Aguiar  
Calisto  
Mónica Silva Costa

[Assinatura]  
 22/12/2021

Entidade: SANTA CASA DA MISERICORDIA DE AZURARA  
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES  
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Contribuinte: 501538810

Moeda: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Creche	P16-escolar	Irradiada	PERÍODOS	
					2021	2020
Vendas e serviços prestados	7	91 802,37	92 281,24	911,26		187 030,89
Custo das vendas e dos serviços prestados	6,6	-278 738,01	-109 420,87	0,00		-434 905,27
<b>Resultado Bruto</b>		<b>-186 935,64</b>	<b>-77 139,63</b>	<b>911,26</b>	<b>-357 115,93</b>	<b>-227 864,38</b>
Outros Rendimentos	9,11 11,11 13	255 487,14	179 225,81	16 151,26		440 816,69
Gastos administrativos	6,5,9,11 13	-47 876,16	-40 357,24	-13 000,42		-111 400,70
Outros Gastos	11 14	-470,02	-871,02	-5 268,11		8 189,36
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		25 140,96	64 298,73	2 872,87		62 611,23
Gastos de financiamento (Finanças)	11 13	-1,24	-1,22	0,00		-148,10
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>23 294,87</b>	<b>64 297,51</b>	<b>-2 872,87</b>	<b>89 708,39</b>	<b>62 415,61</b>
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>23 294,87</b>	<b>64 297,51</b>	<b>-2 872,87</b>	<b>89 708,39</b>	<b>62 415,61</b>

*Handwritten signature*

*Handwritten signatures and initials*

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE AZURARA  
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2021	2020
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</b>			
Recabimentos de Clientes e Utentes		184 626.17	100 793.86
Pagamentos de apoios		-5 269.11	-8 509.25
Pagamentos a fornecedores		-87 661.52	-112 916.43
Pagamentos ao pessoal		-274 479.37	-257 563.36
Caixa gerada pelas operações		-182 783.83	-188 197.21
Outros recebimentos/pagamentos		292 949.89	286 675.01
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		110 166.06	100 477.80
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis		-10 936.81	-10 685.05
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Juros e rendimentos similares		1 042.44	1 750.24
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-9 894.37	-8 934.81
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Doações		2 194.56	2 708.98
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Juros e gastos similares		-198.61	-342.74
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		1 995.95	2 406.24
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		102 267.66	83 999.23
Caixa e seus equivalentes no início do período		1 174 233.53	1 080 234.30
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1 276 501.20	1 174 233.53

A Direção

Contabilista Certificado

*Alberto da Silva Azavedo*  
 Presidente do Conselho de Administração  
 Presidente do Conselho de Administração  
**ALBERTO DA SILVA AZAVEDO**  
 Alberto da Silva Azavedo  
 Carimbo  
 Helena Silva Costa

*Carimbo*  
 Carimbo

*Ally*  
*João*  
*Calisto*  
*2021*

# SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AZURARA

Anexo  
Demonstrações Financeiras  
2021

## Índice

1	Identificação da Entidade .....	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras .....	3
3	Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros .....	4
3.1	Bases de Apresentação .....	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração .....	7
4	Ativos Fixos Tangíveis .....	12
5	Ativos Intangíveis .....	12
6	Inventários .....	13
7	Rédito .....	13
8	Subsídios do Governo e apoios do Governo .....	13
9	Benefícios dos empregados .....	14
10	Divulgações exigidas por outros diplomas legais .....	15
11	Outras Informações .....	15
11.1	Investimentos Financeiros .....	15
11.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros .....	15
11.3	Créditos a receber .....	16
11.4	Outros ativos correntes .....	16
11.5	Diferimentos .....	16
11.6	Caixa e Depósitos Bancários .....	16
11.7	Fundos Patrimoniais .....	16
11.8	Fornecedores .....	17
11.9	Estado e Outros Entes Públicos .....	17
11.10	Outros Passivos Correntes .....	17
11.11	Subsídios, doações e legados à exploração .....	17
11.12	Fornecimentos e serviços externos .....	18
11.13	Outros rendimentos .....	18
11.14	Outros gastos .....	18
11.15	Resultados Financeiros .....	18
11.16	Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados .....	19
11.17	Acontecimentos após data de Balanço .....	19

## **1 Identificação da Entidade**

A "SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AZURARA" é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de "Instituição Particular de Solidariedade Social", registada na Direção-Geral da Ação Social no livro 2 das Irmandades da Misericórdia, folhas 26 e verso, em 19/09/1985, com sede na Rua Dr. Américo Silva - Apart.191, Azurara – Vila do Conde. Tem os seguintes objetivos:

- Promover a colaboração e o melhor entendimento com as autoridades e população locais em tudo que respeite à manutenção e desenvolvimento das obras sociais existentes, designadamente através de atuações de caráter dinamizador, cultural e recreativo;
- Apoio à família e a proteção à infância e à velhice, através da criação e manutenção de Lares, Centros de Dia, Creches e Jardins de Infância e serviço domiciliário;
- Promoção e proteção da saúde.

## **2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras**

Em 2021 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho. No anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho;
- Normas Interpretativas (NI).

### **3 Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros**

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas. As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

#### **3.1 Bases de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

##### **3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica)**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrerem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

##### **3.1.2 Continuidade**

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

##### **3.1.3 Compreensibilidade**

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

##### **3.1.4 Relevância**

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

### 3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas Demonstrações Financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

### 3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

### 3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante de mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

### 3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

### 3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

### 3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas Demonstrações Financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

### 3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas Demonstrações Financeiras se respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

### 3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

## 3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

### 3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período em cada um dos seguintes pontos:

- A retribuição total paga ou recebida;
- A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

### 3.2.2 Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3

### 3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento informático	5
Equipamento administrativo	6
Ferramentas e utensílios	4
Outros Ativos fixos tangíveis	6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

### 3.2.4 Investimentos financeiros

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação do trabalho – O FCT (fundo de compensação do trabalho) e o FGCT (fundo de garantia de compensação do trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Em termos contabilísticos, as participações para o FCT efetuadas pela entidade empregadora podem ser reconhecidas como um ativo no balanço dessa entidade, atendendo às características do fundo de capitalização e possibilidade de reembolso desses montantes.

De acordo com as características do FCT, a entidade empregadora detém o controlo económico dessas entregas, pois tem o direito legal de ser reembolsada do respetivo montante no momento da cessação do contrato de trabalho, independentemente de pagar ou não uma indemnização ao trabalhador. Esse direito legal de obter dinheiro do FCT determina que as contribuições para esse fundo devam ser reconhecidas como um ativo financeiro, pois resultam de um direito contratual de vir a receber dinheiro.

O ativo financeiro referente às participações do FCT deve ser mensurado pelo custo, devido a não cumprir as condições para mensuração ao custo amortizado (não tem maturidade definida nem pode ser pago à vista) ou ao justo valor (não é um ativo financeiro detido para negociação, nem instrumento de capital próprio com cotação em mercado regulamentado).

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) implica uma participação de 0,925% sobre o salário base e diuturnidades, tendo uma natureza de capitalização para a entidade patronal.

Esse reembolso irá corresponder ao montante entregue para o fundo, individualizado pelo respetivo trabalhador com cessação do contrato de trabalho, adicionado de eventual ganho gerado pela capitalização desse montante no fundo.

### 3.2.5 Inventários

Os "inventários" estão valorizados ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

### 3.2.6 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
  - Alterações no risco segurado;
  - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - Entrada em incumprimento de uma das partes;
  - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
    - Alterações no preço do bem locado;
    - Alterações na taxa de câmbio;
    - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

#### Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

#### Cientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

#### Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

#### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

#### Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

### **3.2.7 Fundos Patrimoniais**

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

### **3.2.8 Estado e Outros Entes Públicos**

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), estão isentos de imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as Instituições Particulares de Solidariedade Social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

## 4 Ativos Fixos Tangíveis

### Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e de 2020, mostrando adições, abates e alienações, depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas da seguinte forma:

Descrição	31-12-2020	Adições	Abate	Transferência	31-12-2021
Terrenos e recursos naturais	154.128,55				154.128,55
Edifícios e outras construções	1.463.651,78				1.463.651,78
Equipamento Básico	98.559,36	3.644,22			102.203,58
Equipamento de Transporte	22.650,00				22.650,00
Equipamento Administrativo	5.801,78				5.801,78
Equipamento Informático	11.289,09	541,20			11.830,29
Ferramentas e utensílios	5.658,17	171,33			5.829,50
Outros ativos fixos tangíveis	28.462,87				28.462,87
<b>Ativo Tangível Bruto</b>	<b>1.790.201,60</b>	<b>4.356,75</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.794.558,35</b>
<b>Depreciações Acumuladas</b>					
Edifícios e outras construções	384.734,00	27.610,43			412.344,43
Equipamento Básico	97.853,95	664,67			98.518,62
Equipamento de Transporte	22.650,00				22.650,00
Equipamento Administrativo	4.807,91	415,95			5.223,86
Equipamento Informático	7.758,01	1.138,39			8.896,40
Ferramentas e utensílios	2.112,32	307,80			2.420,12
Outros ativos fixos tangíveis	28.462,87				28.462,87
<b>Depreciações Acumuladas</b>	<b>548.379,06</b>	<b>30.137,24</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>578.516,30</b>
<b>Ativo Tangível Líquido</b>	<b>1.241.822,54</b>	<b>-25.780,49</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.216.042,05</b>

## 5 Ativos Intangíveis

### Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e de 2020, mostrando adições, abates e alienações, amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas da seguinte forma:

Descrição	31-12-2020	Adições	Abate	Transferência	31-12-2021
Programas de computador	8.469,55				8.469,55
<b>Ativo Intangível Bruto</b>	<b>8.469,55</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>8.469,55</b>
<b>Depreciações Acumuladas</b>					
Programas de computador	6.138,32	902,41			7.040,73
<b>Depreciações Acumuladas</b>	<b>6.138,32</b>	<b>902,41</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>7.040,73</b>
<b>Ativo Intangível Líquido</b>	<b>2.331,23</b>	<b>-902,41</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.428,82</b>

## 6 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2020				2021		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1.024,51	17.161,99	0,00	461,95	18.147,71	0,00	741,93
<b>Total</b>	<b>1.024,51</b>	<b>17.161,99</b>	<b>0,00</b>	<b>461,95</b>	<b>18.147,71</b>	<b>0,00</b>	<b>741,93</b>
<b>Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas</b>				<b>17.724,55</b>			<b>17.867,73</b>

## 7 Rédito

Para os períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2021	2020
<b>Prestação de Serviços</b>	<b>185.055,12</b>	<b>197.100,89</b>
Quotas de utilizadores	184.143,62	196.054,39
Quotas e jotas	911,50	1.046,50
<b>Outros Réditos</b>	<b>1.042,44</b>	<b>1.750,24</b>
Juros e rendimentos aplicações financeiras	1.042,44	1.750,24
<b>Total</b>	<b>186.097,56</b>	<b>198.851,13</b>

## 8 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	Natureza	31-12-2021			31-12-2020		
		Capitais Próprios	Passivo	Demonstração Resultados	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração Resultados
ISS, IP	Não reembolsável	0,00	0,00	406.293,84	0,00	0,00	334.009,55
Programa Adaptar Social e	Não reembolsável	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.337,86
(ARPME) - Apoio RMC	Não reembolsável	0,00	0,00	126,75	0,00	0,00	0,00
Autarquias - C.M. Vila Conde	Não reembolsável	0,00	0,00	7.000,00	0,00	0,00	1.000,00
IEP	Não reembolsável	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.064,51
FARES (Ativos Fijos Tangíveis - Edifício)	Não reembolsável	271.354,58	0,00	6.973,19	278.927,77	0,00	6.973,19
OREN (Ativos Fijos Tangíveis - Edifício)	Não reembolsável	196.560,00	0,00	5.040,00	301.600,00	0,00	5.040,00
C.M. Vila Conde (Ativos Fijos Tangíveis - Edifício)	Não reembolsável	4.346,94	0,00	111,46	4.458,40	0,00	111,46
<b>TOTAL</b>		<b>472.861,52</b>	<b>0,00</b>	<b>423.545,24</b>	<b>484.986,17</b>	<b>0,00</b>	<b>420.036,37</b>

## 9 Benefícios dos empregados

O número de membros dos Órgãos Diretivos, nos períodos de 2021 e 2020, foram de "13". No período de 2021 não se alteraram os Órgãos eleitos para o quadriênio 2020/2023, que têm a seguinte composição:

### Assembleia Geral

Presidente – Ventura Alberto Silva Saraiva;  
 Vice-Presidente – Ana Paula Felgueiras Andrade;  
 Secretário – Hugo Manuel Magalhães Costa e Silva.

### Mesa Administrativa

Provedor – António José da Costa e Silva de Magalhães;  
 Vice-Provedor – Domingos António Salgado Machado;  
 Secretário – Tomás Manuel Magalhães Costa e Silva;  
 Tesoureiro – Justino Torcato Pereira Machado;  
 1º Vogal – Alberto da Silva Azevedo;  
 2º Vogal – Carla Isabel da Silva Maia;  
 3º Vogal – Mónica da Silva Castanheira.

### Conselho Fiscal

Presidente – António Luís Maia de Freitas;  
 Vice-Presidente – António Gomes de Araújo;  
 Secretário – Maria Alice Ferreira Carneiro.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2020 e em 31/12/2021 foram de "28".

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2021	2020
Remunerações ao pessoal	339.689,54	327.240,75
Indemnizações	2.377,25	1.252,20
Encargos sobre as Remunerações	75.128,30	72.339,51
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	4.151,88	3.667,59
Outros Gastos com o Pessoal	2.953,92	2.740,67
<b>Total</b>	<b>424.300,89</b>	<b>407.240,72</b>

Os Voluntários ao serviço da instituição no ano 2021 são os seguintes:

Voluntários	Funções desempenhadas	N.º horas anuais
2	Apoio ao Culto e Atividades Religiosas	520
6	Zeladora da Igreja	500
3	Zeladora das Capelas dos Passos	150
3	Apoio/Manutenção no Jardim Escola	300
2	Apoio social e educativo no Jardim Escola	950

## 10 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos do artigo 210º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

## 11 Outras informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

### 11.1 Investimentos Financeiros

No período de 2021 e 2020 a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2021	2020
<b>Outros Investimentos Financeiros</b>		
Fundo Compensação do Trabalho	4.998,97	4.121,67
<b>Total</b>	<b>4.998,97</b>	<b>4.121,67</b>

### 11.2 Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2021 e 2020, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
<b>Ativo</b>		
Quotas	310,00	320,00
<b>Total</b>	<b>310,00</b>	<b>320,00</b>

*Ally Kelly*  
*Carly Aguiar*

### 11.3 Créditos a receber

Para os períodos de 2021 e 2020 a rubrica "Créditos a receber" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
<b>Clientes e Utentes c/c</b>		
Utentes	449,79	5.215,44
<b>Total</b>	<b>449,79</b>	<b>5.215,44</b>

### 11.4 Outros ativos correntes

A rubrica "Outros ativos correntes" tinha, em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a seguinte decomposição:

Descrição	2021	2020
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	1.079,33
Entidades do Setor Público Administrativo – Adaptar Social +	0,00	3.837,66
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>4.916,99</b>

### 11.5 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
<b>Gastos a Reconhecer</b>		
Seguros	1.891,84	1.956,07
<b>Total</b>	<b>1.891,84</b>	<b>1.956,07</b>
<b>Rendimentos a Reconhecer</b>		
Rendas recebidas antecipado	1.000,00	750,00
<b>Total</b>	<b>1.000,00</b>	<b>750,00</b>

### 11.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2021 e 2020, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Caixa	369,83	297,38
Depósitos à ordem	147.034,06	145.779,70
Depósitos a prazo	1.129.097,50	1.028.156,45
<b>Total</b>	<b>1.276.501,39</b>	<b>1.174.233,53</b>

### 11.7 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	122.843,61	0,00	0,00	122.843,61
Resultados transitados	1.643.246,76	92.425,63	0,00	1.735.672,39
Outras variações nos fundos patrimoniais	484.986,17	0,00	12.124,65	472.861,52
<b>Total</b>	<b>2.251.076,54</b>	<b>92.425,63</b>	<b>12.124,65</b>	<b>2.331.377,52</b>

### 11.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Fornecedores c/c	1.760,84	2.210,73
<b>Total</b>	<b>1.760,84</b>	<b>2.210,73</b>

### 11.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	636,23	2.575,69
<b>Total</b>	<b>636,23</b>	<b>2.575,69</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre Rendimentos Pessoas Singulares (IRS)	2.087,75	2.313,75
Segurança Social	7.698,26	8.033,65
Fundo Compensação do Trabalho	64,61	92,84
<b>Total</b>	<b>9.850,62</b>	<b>10.440,24</b>

### 11.10 Outros Passivos Correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2021		2020	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Adiantamentos de clientes e utentes	0,00	1.667,63	0,00	6.932,23
Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00	0,00	4.306,84
Credores por acréscimo de gastos	0,00	67.635,50	0,00	69.812,90
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>69.303,13</b>	<b>0,00</b>	<b>81.051,97</b>

### 11.11 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2021 e 2020, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2021	2020
Subsídios das Entidades Públicas	413.420,59	407.911,72
Doações e heranças – Donativos	3.781,75	2.798,98
<b>Total</b>	<b>417.202,34</b>	<b>410.710,70</b>

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 8.

**11.12 Fornecimentos e serviços externos**

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, foi a seguinte:

Descrição	2021	2020
Serviços especializados	27.592,67	43.910,48
Materiais	6.231,60	4.540,58
Energia e fluidos	12.936,99	11.904,62
Deslocações, estadas e transportes	70,69	110,70
Serviços diversos	13.207,37	13.709,67
Encargos com utentes	4.761,37	5.085,77
<b>Total</b>	<b>64.800,69</b>	<b>79.261,82</b>

**11.13 Outros rendimentos**

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
<b>Outros rendimentos e ganhos</b>	<b>30.629,59</b>	<b>28.155,72</b>
Rendimentos Suplementares	60,00	60,00
Descontos pronto pagamento obtidos	0,04	0,03
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	14.935,28	15.435,28
Outros rendimentos e ganhos	15.634,27	12.660,41
<b>Juros e rendimentos similares</b>	<b>1.042,44</b>	<b>1.750,24</b>
Juros obtidos	1.042,44	1.750,24
<b>Total</b>	<b>31.672,03</b>	<b>29.905,96</b>

**11.14 Outros gastos**

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Impostos	0,00	165,50
Outros Gastos e Perdas	6.209,16	6.564,91
Apoios concedidos a associados e utentes	0,00	1.959,44
<b>Total</b>	<b>6.209,16</b>	<b>8.689,85</b>

**11.15 Resultados Financeiros**

Nos períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2021	2020
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	2,46	146,10
<b>Total</b>	<b>2,46</b>	<b>146,10</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	1.042,44	1.750,24
<b>Total</b>	<b>1.042,44</b>	<b>1.750,24</b>
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>1.039,98</b>	<b>1.604,14</b>

### 11.16 Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

O número médio de utentes por resposta social, durante o ano 2021, foi a seguinte:

Creche – 66 utentes;

Pré-Escolar – 72 utentes.

### 11.17 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021.

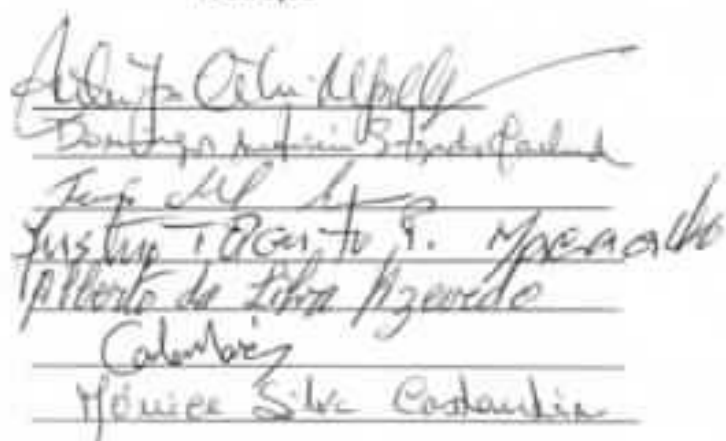
Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Azurara, 31 de dezembro de 2021

O Contabilista Certificado



A Direção



Alberto Odeu Alpoim  
 Domingos António Brito de Paula  
 João M. L. S.  
 Justino Augusto S. M. Pereira  
 Alberto da Silva Aguiar  
 Calumbas  
 Hénice Silva Castanheira